

Fania Fridman

PAISAGEM
ESTRANGEIRA

*memórias de um bairro judeu
no Rio de Janeiro*



FAPERJ



CASA DA  PALAVRA

CAPÍTULO 3 ESTIGMA, ANTI-SEMITISMO E RESISTÊNCIA

Embora não existissem no Rio de Janeiro guetos nos moldes das cidades europeias, onde a perseguição anti-semita era explícita, o preconceito contra os judeus se torna mais visível durante os anos 1930, quando algumas ações passam a influir na vida da Praça Onze e adjacências. Observarei adiante as discriminações produtoras do estigma sobrepostas àquela localidade que, sob intensa vigilância policial, abrigava grupos sociais marginalizados que assumiram formas de resistência.

SAMBA, CARNAVAL E BOÊMIA

A Praça Onze foi o mais importante ponto de festas populares da cidade desde o último quartel do século XIX. Ali desfilavam cordões, ranchos e blocos. Os primeiros pastores do mundo agrário colonial (Fernandes, 2001). Eram considerados "cordões mais civilizados" por haverem introduzido em seus folguedos instrumentos de sopro e de cordas, mais palatáveis ao gosto musical burguês do que os de percussão. Formas de expressão das camadas sociais superiores, as Grandes Sociedades, Branco e ruas do Centro comercial.

Com a Reforma Passos, nos primeiros anos do século XX, uma onda repressora abateu-se sobre os cordões, que passaram a desenvolver estratégias de sobrevivência em redutos proletários. Desde a década de 1880, esses blocos, com tocadores índios ou marinheiros, formavam cortejos precedidos por foliões fantasiados de cordões de negros mascarados, caracterizados como velhos europeus, e capoeiras vestidos de diabos.

Os imigrantes que trabalhavam na estiva e no comércio ambulante reuniam-se nos ranchos populares, organizados desde 1893 pelas corporações de auxílio mútuo. Se inicialmente faziam seu desfile entre o Natal e o dia de Reis, a partir de 1894, o Rosa Branca, o Paladinos da Cidade Nova, o Dois de Ouro e o Prazer da Lua passaram a levar sua folia para os dias de Carnaval. Um deles, com o sugestivo nome de Sociedade Carnavalesca, Familiar, Dançante, Beneficente e Recreativa Tira o Dedo do Pudim, saía do alto da ladeira do João Homem, no morro da Conceição. Já os ranchos dos negros, proibidos de passar pelas ruas do Centro e bastante vigiados, apresen-

tavam-se no largo de São Domingos e na Praça Onze (Ferreira, 2002; Cunha, 2005; Moura, 2005 e Tinhorão, 2005).

Por volta de 1916, as referências dão conta de que num endereço da rua Visconde de Itaipua as rodas de samba eram organizadas sem qualquer repressão. Era a casa de tia Ciata, apelido de Maria Hilária Baptista de Almeida, casada com um delegado de polícia. Nas primeiras décadas do século XX, o carnaval não contava com a presença do Estado, mas com o apoio à imprensa, que instituiu concursos para as agremiações e os cordões na Praça Onze (foto 12). Mas foi somente em 1932, durante a gestão do prefeito Pedro Ernesto, que a festa foi oficializada com o reconhecimento da União das Escolas de Samba,⁵⁶ e o patrocínio, a partir do ano seguinte, de enredos consagrados a temas nacionais.

A administração criou os dias do samba, do maxixe, dos ranchos, das sociedades e dos corsos, e também determinou os locais para os desfiles: os corsos, compostos pela elite, apresentavam-se na avenida Rio Branco, ao passo que as Grandes Sociedades – Democráticos, Tenente dos Diabos e Pierrôs da Cavema – desfilavam na avenida Marechal Floriano e na rua Visconde de Itaipua. Na Praça Onze havia exibição das escolas de samba, que se preparavam de frente da igreja de Santa Ana. O desfile era avaliado por um júri, que se posicionava na escadaria da Escola Benjamin Constant. Para Moura (2004), criava-se uma identidade musical na Praça Onze "a partir de um gênero novo que vai tornar-se símbolo nacional (...)" (pp. 80-81).

A vinculação entre samba e política data dessa época: o Partido Comunista, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁵⁷ e o Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA, agência criada pelo governo Roosevelt como parte de sua "política de boa vizinhança") procuraram introduzir-se nas agremiações conforme seus distintos objetivos (Fernandes, op. cit.).

Já no começo do século XX a Praça Onze e seus arredores eram estigmatizados pelos órgãos de repressão como locais de desordeiros. Contribuiu para essa imagem a concentração de atividades de lazer popular como as gafieiras (entre elas a lendária Kananga do Japão, que coincidentemente ficava no mesmo sobrado que a Biblioteca Bialik), onde se dançava o maxixe, ritmo sensual combatido pela moral dominante. Havia também cervejarias, boliches, bares e salões de bilhar (havia 21 deles em 1926). Durante a festa de Momo, também apareciam pela Praça Onze grupos masculinos que, chefiados pelos chamados "mestres de panca-daria" (muitos deles capoeiras), eram condenados pela imprensa. Alguns indícios dessa imagem boêmia transparecem no registro de ocorrências nos bairros populares, apresentado na tabela 5.

Tabela 5 Registro de Ocorrências da Diretoria de Segurança de 1935 a 1938

Anos	Sacramento	Santo Antônio	Santana	Espírito Santo	Distrito Federal
1935	203	206	960	31	6.598
1936	170	385	555	311	16.545
1937	603	777	877	942	20.914
1938	261	564	577	1.590	17.729

Obs.: As ocorrências referem-se a fatos passíveis de prisão (roubo, desacato, assassinatos etc.) e de atendimento geral (crianças perdidas, atropelamentos, troca de lâmpadas em ruas etc.).
Fonte: Prefeitura do Distrito Federal (1937, 1938, 1939 e 1941).

Em 1935, havia para todo o Distrito Federal, novecentos guardas municipais em serviço, dos quais cinquenta lotados em Copacabana (onde só houve 45 registros), 36 na Glória e 25 em Santana, onde o número de ocorrências era dos maiores, segundo os dados apresentados na tabela 5. Isso demonstra a contradição entre o discurso e a ação das autoridades à época: a construção da imagem de uma “área perigosa” era referendada pela ausência de ação, já que a segurança do cidadão parecia menos relevante que a do Estado, como se verá mais adiante.⁵⁸

A instalação de cinemas nas ruas Visconde de Itauna, Senador Eusébio, Santana e Marquês de Sapucaí era outro ponto a contradizer a marca negativa atribuída pelos órgãos policiais àquela região. Considerados, desde a primeira década do século XX, naquela área, há o da estação central ferroviária, o Oriental, o Onze de Junho, o Sant’Ana, o Elegante, o Centenário e o Rio Branco,⁵⁹ todos eles apontando para um modo de vida impregnado de cultura, em desacordo com o que aparece nos discursos oficiais.

PROSTITUIÇÃO

À chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, as meretrizes exerciam seu ofício nas ruas do Piolho, do Cano e ao redor do Paço. Mas a partir de 1845 passam a trabalhar em várias partes da cidade, de acordo com sua inserção social: as mulheres “aristocráticas” ou “de sobrado” estabelecem-se no Carere, na Glória, em Botafogo e no núcleo central refinado: as “de sobradinho” ou “de tótila” situavam-se entre o Campo de Santana e a rua da Vala (incluindo as ruas do Lavradio, do Senado até o Espírito Santo); a “escória”, as mulheres de casebres, ofereciam-se nas ruas dos Ferradões, Sabão, São Pedro e Hospício, entre outras (Lassance Cunha, 1845 apud Freyre, 2003 e Silva, 2000). Se no final do século XVIII o médico Pires de Almeida calculou em 255 o número das “mulheres públicas” — sem levar em conta a prostituição clandestina de escravas —, em 1872, o número total de prostitutas atingia 1.171. Delas,

818 eram brasileiras e 353, estrangeiras. Em 1890, esse total havia praticamente dobrado: são 2.242 meretrizes no Rio de Janeiro.

A presença de tantas “mulheres de janela” acabaria por atrair a atenção dos órgãos públicos, que tentaram primeiro uma resposta por meio do Código Civil de 1890, que definiu o lenocínio e confinou a prostituição a determinadas áreas da cidade. Era, porém, uma política ambígua, já que a criminalização do ofício foi acompanhada pela aceitação tácita de um lugar em que ele poderia ser exercido. As regiões afastadas das vias de maior circulação foram, desde o princípio da República, toleradas como locais de meretrício, vez por outra alvos de eventuais intervenções ao sabor das pressões moralistas ou da necessidade de mostrar preocupação com os desvios de conduta das minorias sociais. A repressão policial de 1896 fechou inúmeros bordéis, prendeu cafetões, prostitutas e homossexuais e foi mais tarde intensificada pela Reforma Passos, que demoliu várias casas de tolerância, evidentemente sem importunar as “aristocráticas”.

Consolidava-se assim uma zona do meretrício constituída pelas ruas do Sabão, Afonso Cavalcanti, General Pedra, Pinto de Azevedo, Visconde Duprat, Souza Neves, Dois de Julho, Carmo Neto, Pereira Franco, Morais e Valle, Espírito Santo, Marquês de Sapucaí, Praça Onze, Santa Rosa, Júlio do Carmo, Benedito Hipólito, Senador Eusébio, Visconde de Itauna, de Santana, Formosa, da Alfândega, Senhor dos Passos, General Câmara, do Regente, Luiz de Camões, da Conceição, do Hospício, Tomé de Sousa, República do Libano, Visconde do Rio Branco, da Constituição, Gomes Freire, São Jorge, praça Tiradentes, do Lavradio, do Senado, do Resende, do Riachuelo, Joaquim Silva, Camerino, Acre e São Francisco da Prainha (mapa 5). Observe-se que tal limpeza limitou-se às áreas em que havia expansão das atividades comerciais, transferindo-se as meretrizes para locais considerados menos valorizados, isto é, onde residia a população trabalhadora mais pobre.

Essa remoção, entretanto, não significou uma mudança no tratamento do problema que nossa sociedade perseguia e, ao mesmo tempo, do qual fazia uso. A hipocrisia oficial no trato da questão fica evidente quando se examina o apoio brasileiro a certas iniciativas exclusivamente restritivas, como a Convenção Interamericana contra o Tráfico de Escravas Brancas, assinado em 1904 e ratificado em 1910 em 1921. Em 1907, foi editada a Lei do Gordo,⁶⁰ que combatia a figura do agenciador e dono de prostíbulo, alterada pela lei 2.992, de 1915. Em 1921, o lenocínio tornou-se inafiançável pelo decreto 4.269 e, a partir de 1927, passível de expulsão sumária. Menezes (1996) cita como exemplo a deportação do “rei dos cafêns”, o polonês B. Goldberg, morador da rua do Núncio.

Em 1926, uma reforma na Constituição deu amplos poderes para que o governo federal efetuasse prisões e a expulsão dos indesejáveis, sem direito a *habeas corpus*. No ano seguinte, iniciativa semelhante leva a prefeitura a empreender, por meio da ação da polícia, a remoção dos bordéis concentrados ao redor do Palácio do Catete e a transferência forçada dos que funcionavam na Lapa, no Centro e na praça da República – onde trabalhavam ao todo 1,3 mil mulheres – para o Mangue. Revela-se aqui mais uma tentativa de confinamento do meretrício.

Por volta de 1879, passa-se a detectar a presença de moças de origem judaica na prostituição. É quando, segundo Wolff e Wolff (1996), começam a chegar as primeiras judias prostitutas, fluxo ampliado depois de 1904 com a fundação da Zwi Migdal, na Polónia. Os nomes de Associação Varsóvia e Cheised Shel Entres (Sociedade de Socorro Mútuo) foram usados como mera fachada pela organização, especializada em recrutar moças pobres da Europa Oriental. Com a falsa promessa de casamento, muitas foram trazidas para as Américas e prostituídas já durante a viagem de navio (Vincent, 2006). Ao chegar ao Rio de Janeiro, elas passaram a concentrar-se nas ruas próximas ao Mangue,⁶³ generalizando-se a alcunha de “polacas”. Caulfield (2000) refere-se a um relatório da polícia de 1923 que denominava aquele lugar que se estendia da rua Souza Neves às ruas Benedito Hipólito, Pinto de Azevedo e Dois de Julho, incluindo 674 prostitutas que ali trabalhavam, 70% das estrangeiras vinham do Leste Europeu. Passados dois anos, seu número mais que dobrou, chegando em 1929 a 1.735. Naquela ano, 37% das prostitutas eram imigrantes (foto 13).

Como dito anteriormente, em 1906 rufões e prostitutas fundaram a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita, mantendo rezas e festas religiosas em seu salão e um cemitério no bairro de Inháina, onde o primeiro enterro foi feito em 1916. Ainda que convivessem no mesmo espaço, os *tmim* e *linken* (impuros e desviados, Cohen, membro da comunidade judaica internacional, à América do Sul. Bristow (1983) conta que, ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1913, o visitante soube dos anúncios da cidade associção nos jornais locais e de uma cena de perseguição e ataque a prostitutas judias que desfilavam pelas ruas com uma nova Torá para a sua sinagoga. Não foi um conflito isolado, outros se seguiram.⁶⁴

A questão do meretrício era um elemento a mais na discussão sobre como essa etnia era percebida pelos moradores da cidade, uma vez que o estigma que acompanhava as prostitutas poderia influenciar a coexistência da coletividade com outras parcelas da população: a Ecologia Humana procura na identificação dessas convi-

vências a chave para explicar por que certos bairros mantêm-se estáveis enquanto outros mudam mais rapidamente, e como as tensões se manifestam dentro dos lugares, sendo a imagem construída uma das fontes para tais conflitos. Um ofício do capitão Pedro Rocha, delegado comercial, para Jorge Latour, encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia, datado de 31 de outubro de 1936, mostra o espírito oficial da época, mesmo que pudesse haver exceções:

Neste caminhar, o Brasil será o maior detentor de judeus do mundo. É fácil imaginar-se o que será a nossa terra dominada pelo judaísmo que já se observa no Rio. (...) Os mais pobres de todas as origens preferem a “zona do mangue” e adjacências onde se dedicam a um comércio especial e muito conhecido da polícia (apud Carneiro, 2001, p. 234).

A PRAÇA ONZE VERMELHA

O período do entre-guerras foi marcado por conflitos entre as diversas correntes ideológicas presentes na comunidade israelita. Religiosos tradicionalistas e liberais, assimilationistas, socialistas, revisionistas e sionistas refletiam o clima geral da época.⁶⁴ Exemplo de como um evento internacional relativamente distante do Brasil podia repercutir no país foi a proposta de Stalin, em 1927 para povoar a Sibéria, na fronteira com a Manchúria, proclamando Biro Bidjan como Região Autônoma Judaica. O fato ocasionou um acalorado debate no seio da colônia carioca entre socialistas (dando seu apoio) e revisionistas.

Naqueles anos de politização e endurecimento das forças de repressão, os espaços de identidade étnica e de opinião estavam sob a mira da polícia política. De acordo com Kuperman (2004), ela “varejava sindicatos, jornais e casas, aprendendo documentação, fechando jornais e entidades, prendendo operários, militantes anarquistas e comunistas e deportando estrangeiros” (p. 5) sob apoio da Lei Celerada, que permitia a interdição de pessoas jurídicas e a prisão arbitrária de pessoas físicas. Apesar da vigilância e das divergências internas, isso não impediu que a coletividade judaica carioca militasse em torno de uma causa, como aconteceu em setembro de 1929, quando, da Praça Onze, mais de 3 mil israelitas de várias correntes saíram em passeata rumo ao Consulado Britânico contra os pogroms na Palestina. A manifestação indicava que os esforços de organizar a vida comunitária observados anteriormente estavam surtindo efeito sob a forma de uma ação coletiva (foto 14). O acontecimento foi coberto pela imprensa e a *Revista da Semana*, em sua edição de 7 de setembro daquele ano, considerou-o “imponente e comovente”.

de São Francisco, onde foram distribuídas cópias de um manifesto enviado à embaixada alemã protestando contra a situação naquele país (ilustração 3). Em novembro do mesmo ano, foi criada a Confederação Israelita Brasileira. Para lutar contra os integralistas. A solenidade de fundação, em 25 de novembro, foi realizada na sede do Centro Bnei Hertzl. Note-se que também em 1934 já era distribuída gratuitamente propaganda nazista em português, feita pela *Deutscher Fichte-Bund*, explicando que os semitas representavam um perigo à Alemanha (Panfleto notação 237, Fundo Desps, Aperi).

O anti-semitismo recebeu, por parte dos órgãos de repressão, uma faceta política, pois a correlação entre comunismo e judaísmo tornou-se recorrente para eles. No Aperi foram encontrados os panfletos notação 800 (Fundo Desps), onde se lê: "Na Alemanha, como em toda a parte ficou provado que comunismo é pura e simplesmente judaísmo". E o de número 847 tem o título "Bolshevistas a serviço de Israel" (ilustração 4). Um dos reflexos dessa campanha mostrou-se de forma oficial no ano de 1935, quando o governo brasileiro passou a negar vistos de entrada aos imigrantes judeus.

Na semana da Revolta Comunista, chamada pelo aparelho policial de "Intenona Comunista" e iniciada em Recife e em Natal no domingo, 24 de novembro de 1935, foi realizada uma batida no restaurante popular Árpetter Kich (Cozinha dos Trabalhadores), ligado à Brazkor (Socorro Vermelho Judaico), na noite de 26 para 27 de novembro. O *Correio da Manhã* de 27 de novembro de 1935 noticiou que haviam sido presos para averiguações 54 judeus, na maioria poloneses, por suspeita de pertencem ao Partido Comunista Brasileiro. Ficaram detidos Abraham Rosenberg, Jayme Gandelman, Waldemar Gurnik,⁶⁹ Sojer Kaplansky, Jacob Grin, Rubens Goldberg, Armando Guelmen, Henrique Jvibaski, Jayme Stemberg, José Lachtermacher, Waldemar Koitberg, Nicolau Malrinof, Joseph Fridman, Carlos Garfunkel, José Weiss, Matias Janovsaj, Moise Lipes, Cesar Zilberberg, David Lerer, Szulim Seko Wrabel, Moyses Kawa, Nure Goifman, João Schachter e duas mulheres "perigosas e conhecidas como comunistas".

Alguns deles foram deportados: Moise Lipes e Wolf (Waldemar) Koitberg foram participar das Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola (Samet, 2004) e Vekvl (Waldemar) Gurnik acabou seguindo livre para Paris (Schneider, 2000) (foto 15). Essa operação repressora, originada por denúncias de investigadores, entre os quais o judeu romeno Nicolau Zimmermann, foi feita na véspera da eclosão da Intenona na Capital Federal, onde o movimento pretendia tomar de assalto a Escola Militar, na Praia Vermelha, e o Quartel do Exército, em Realengo.

Em documento de uma diligência da Segurança Social, incluído no Catálogo de Panfletos do Aperi (notação 280), a Brazkor é apresentada como:

(...) constituída de indivíduos estrangeiros, na sua maioria judeus (...), filiada ao Partido Comunista do Brasil [e que estes] fundaram a biblioteca popular israelita Schalem-Alechem (...). [onde] se reuniam clandestinamente, mantendo constante correspondência com Moscou [editando] uma revista: *Cultura Moderna* (*Volleskul-tur*), órgão oficial da Brazkor.

O panfleto continua com a transcrição de *A Offensiva* (de 23 de agosto de 1935), cuja virulência chegou a ponto de imaginar uma carta de Baruch Levy a Mordechai aluncha de Karl Marx, reproduzida a seguir:

O povo judeu em conjunto se tornará seu próprio Messias. Atingirá o domínio do mundo pela mistura das outras raças, a supressão das fronteiras, a destruição das monarchias e pela criação de uma república universal, na qual os judeus serão por toda a parte direitos de cidadãos. Nessa nova organização do mundo, os filhos de Israel, espalhados por toda a terra e livres de quaisquer pais, se tornarão chefes, sobretudo se conseguirem tomar a direção das massas trabalhadoras. Os governos dos povos que formam a República Universal cairão facilmente nas mãos dos judeus pela victoria do proletariado. Então, a propriedade privada dos judeus será abafada pelos judeus detentores do poder, porque eles dirigirão da poderá ser abafada pelos judeus detentores do poder, porque eles dirigirão por toda a parte a fortuna do Estado. Assim se realizará a promessa do Talmud quando afirma que os judeus serão senhores de todos os bens da Terra logo que cheguem os tempos do messianismo.

A perseguição manteve-se com o fechamento da Brazkor e de sua Cozinha dos Trabalhadores em dezembro de 1935, e com a deportação, em 1936, da judia Olga Benário, mulher de Luiz Carlos Prestes. Acusada de pertencer à Aliança Nacional Libertadora (ANL), ela foi enviada à Alemanha hitlerista, onde veio a falecer em um campo de extermínio em Bernburg. Outras militantes israelitas também foram presas e deportadas: Geny Gleizer⁷⁰ e Machla Lencyzki (ou Elise Ewert), casada com Arthur Ewert, sobre quem comentarei adiante. Schneider (op.cit.) traz detalhes acerca do destino de alguns dos comunistas vinculados à Bibsa: Heinrich, Maros e Boruch Zel foram presos, torturados e mortos; Leizer Farber, Isaac Caban, Nure e Liuba Goifman, após algum tempo presos na Ilha Grande, seriam libertados. Farber tornou-se

primeiro-secretário da *Itidischer Cultur Fabband*, entidade internacional de defesa da cultura judaica, e posteriormente redator da revista *Unzer Stimme*.

Há muitos panfletos registrando mais perseguições. Um deles (notação 007, Fundo Desps, Aperi), assinado pelo Diretório da Aliança Nacional Libertadora, informa que Tobias Warchawski, "estudante e artista, era secretário do Comitê Estudantil contra a Guerra, a Reação e o Fascismo" (e também membro da Bibsa). Ele teria morrido na prisão em sua prisão, em 1934, assassinado nas matas da Gávea pela polícia política que quis atribuir o crime aos comunistas (foto 16). Outro, do Socorro Vermelho do Brasil (Fundo Desps, pasta 0345, Aperi), protesta contra a prisão de estrangeiros na Colônia Correccional de Dois Rios⁷¹, na Ilha dos Porcos e em Fernando de Noronha, e a ameaça de sua deportação, listando entre outros os alfaiates Isaac Bailovich (preso na Gávea em 1932), Saul Cukerman e Volf Bailovich (ambos presos na União dos Alfaiates), Moises Pavlovski e Luiz Mintz. Um terceiro, também do Socorro Vermelho (Fundo Desps notação 755, Aperi), denuncia o embarque de presos políticos rumo à Amazônia, entre os quais o recelão Sasi Glikber, os alfaiates Luiz Mintz, Israel Spinder e Benjamin Baurran, o padeiro Walter Birnbaum, os marceneiros Abraham Benssein e André Rogonikof, os pedreiros Salomão Janovsky e Baruch Zell, o soldado Samuel Janes e o garçom José Dalnauskij⁷².

Um capítulo importante dessa perseguição foi a trajetória de Harry Berger e a tentativa de salvá-lo. Segundo os órgãos de repressão, seu verdadeiro nome era Arthur Ernst Ewert, um judeu alemão que emigrou para os Estados Unidos, onde, como operário metalúrgico, militou contra a Guerra de 1914, motivo que levou à sua deportação para a Europa. Esteve com Lenin na Suíça e posteriormente tornou-se companheiro de Luiz Carlos Prestes, com quem participou no Brasil dos acontecimentos de novembro de 1935 (Panfleto notação 361, Fundo Desps, Aperi).

Ele e a mulher foram presos e barbaramente torturados. Documentos do Conselho Regional do Rio de Janeiro do Partido Comunista do Brasil (ver Pasta 55, Fundo Desps, Aperi) exigiam sua libertação.⁷³ A Internacional Labor Defense enviou dos Estados Unidos o advogado David Levinson, que aqui chegou em fevereiro de 1937 para defender Luiz Carlos Prestes e Harry Berger. Ele avisou-se com representantes do governo brasileiro, mas não pôde levar a termo sua missão: durante toda a sua estada recebeu a animosidade da imprensa, que continuamente o acusava de comunista e tecia comentários negativos à sua condição de judeu. Sua expulsão deu-se em meio a manchetes, como a do jornal *A Noite*, de 19 de fevereiro de 1937, que trazia na primeira página o título "Última tentativa do judeu insolente", menosprezando seu esforço de falar com Prestes e Berger.

Os diários continuaram a noticiar os passos de Levinson mesmo fora do Brasil. Quando, já de volta aos Estados Unidos, ele deu palestras sobre o acontecido, recebeu *O Globo* de 30 de março de 1937 um comentário bastante negativo e a insinuação de que a solução para pessoas que atentavam contra a pátria brasileira o fuzilamento. Na edição de 28 de abril de 1937, *A Noite* observa com satisfação que um jornal alemão elogiou o tratamento dado a David Levinson pelas autoridades brasileiras (Pasta 699, Fundo Desps, Aperi). Essa proximidade entre os dois governos transparece na visita a Berlim da esposa e filhas de Getúlio Vargas em maio de 1937 quando foram recepcionadas pelo ministro de Relações Exteriores. Em 1939, foi seu filho Lutherio que lá iniciou um curso na Escola de Belas-Artes (Carneiro, 1996).

Mantendo-se a par das ameaças dentro e fora do país, a comunidade israelita no Rio de Janeiro estabeleceu formas de resistência coletiva. O periódico *O Jornal*, de 12 de maio de 1936, tratou do congresso mundial que se realizaria em Genebra a 8 de agosto daquele ano, do apoio para a coleta de fundos e da escolha de representantes que participassem, encabeçados por Aron Bergman. Ele exercia o papel de ligação com lideranças judaicas mundiais, com quem trocava correspondência, acompanhada de petros pela polícia política brasileira (Pasta 00512, setor Diversos, Fundo Desps, Aperi).

Desde o ano anterior organizados como partido político, os integralistas marcharam na Praça Onze no dia 25 de julho de 1937, fato que revelava a pressão crescente sobre a comunidade (foto 17).⁷⁴ O ápice do movimento anti-semita foi o Plano Cohen, de 29 de setembro de 1937, farsa de autoria do capitão Olímpio Mourão Filho a ser publicada no boletim da ALB (Fausto, 1994). A escolha da denominação "Cohen" deveu-se à pronúncia em iídiche do sobrenome do líder revolucionário Bela Kuhn, jornalista judeu de classe média que governou a Hungria de março a julho de 1919. O pretenso "complê comunista-judaico", de derrubada do governo Vargas para a instalação de um novo regime e atribuído à Internacional Comunista, incluía saques, depredações e incêndios de igrejas. A 30 de setembro, o "plano" foi lido nas rádios, no programa "Hora do Brasil", e teve algumas partes transcritas em jornais de grande circulação. A dita ameaça justificou um estado de guerra que, "votado pelo Congresso permitiu que a 10 de novembro, sem bulha, de repente, instituisse Vargas o Estado Novo" (Calmon, 1959, vol. 6, p. 2-243), dando início a uma intensa campanha repressiva, resultado de um projeto fascista que visava cooptar as massas no processo de transição para uma sociedade urbano-industrial integradora do território nacional.

O Estado Novo recrudescceu as barreiras à imigração. Uma Circular Secreta de número 1137 (7 de junho de 1937), de autoria do ministro das Relações Exteriores,

proibiu a concessão de vistos para todas as pessoas de "origem semítica". Uma opinião corrente à época acreditava que

(...) os judeus eram tanto capitalistas gananciosos como comunistas demôniosos; judeus viviam em cidades e nunca poderiam ser lavradores; judeus eram criminosos; além disso, os judeus eram bem-sucedidos demais. Para os judeus (e muitos outros imigrantes), o Brasil era o 'país do futuro', mas para muitos brasileiros influentes, os judeus eram imaginados como sendo o menos desejável de todos os imigrantes (Lesser, 1995, p. 29).

O Decreto 406, de 4 de maio de 1938, criou o Conselho Nacional de Imigração e Colonização,⁷⁵ que deu origem a uma lei fixando em 20% a imigração urbana, o que, para o caso dos hebreus da Alemanha e da Polônia, esgotou-se em dezembro de 1938, dificultando as tentativas de trazer pessoas por meio das petições da Sociedade Beneficente Israelita, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. As restrições estenderam-se ao sufocamento da expressão étnica, quando o uso da língua ídiche foi proibido pelas autoridades.

Ao longo do governo Vargas, as manifestações racistas foram manipuladas de acordo com os interesses do governo. Até 1938, diante das "cordiais relações" com a Alemanha, os periódicos atacavam os judeus (foto 18). Com a intensificação do intercâmbio com os Estados Unidos, no entanto, tais manifestações diminuíam, embora, em meados de 1941, um surto violento volte a ocorrer. O último ataque frontal na imprensa aconteceu em janeiro de 1942, quando o Brasil rompeu com o Eixo e declarou-lhe guerra; o autor da matéria fugiu para não ser preso (Barros, 2004). Em apoio a essa posição assumida pelo governo brasileiro, entre vários eventos e manifestações, realizou-se em 1943 o Baile do Bônus de Guerra, promovido pelo Grêmio Hebreu Brasileiro na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Observe-se que, durante todos estes anos, uma literatura esporádica, que alimentava o estigma contra a colônia, continuou aparecendo. É o caso de um livreto lançado em 1940 com o título irônico de *Raya eleita*... Nele, o autor, Raphael de Hollanda,⁷⁶ explicita seu preconceito da primeira à última página em termos como "imigrantes indesejáveis", "solerte traficante", "concorrência desleal", "promovem a dissolução da família", "o Talmud não é lá muito severo relativamente à prostituição", entre outros atentados (Folheto 153, Fundo Desps, Aperi).

Entretanto, a julgar pelo tom empregado por Backhuser (1944) em seu artigo acerca do comércio ambulante em uma publicação oficial, mantinha-se nos meios

intelectuais um anti-semitismo persistente.⁷⁷ Em tom preconceituoso, o geógrafo comenta sobre os que se dedicam àquela atividade no Rio de Janeiro. Segundo diz, o judeu balcânico e russo era

(...) colante, untoso, assambarcador inventível. Constitui no ponto de vista social e político, verdadeiro perigo, pois, sendo inescrupuloso, vale-se de todos os recursos, não só para enganar o freguês como para disseminar idéias subversivas. Tem sido apontado como um dos melhores agentes do bolchevismo. (...) [responsável] em todas as vendas de contrabando em que o vendedor alude mentirosamente a compras feitas em navios estrangeiros (p. 14).

Ainda informando que "os europeus, incluindo os judeus, são brancos" (p.15), Backhuser alertava os leitores para a possibilidade dos membros dessa etnia não serem percebidos pelos demais.

Lesser (2005) refere-se à pressão exercida pelos norte-americanos em favor dos refugiados, ocasionando a "reconceituação dos estereótipos". Com receio de irritar a comunidade daquele país, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Oswaldo Aranha, pressionou nossas autoridades a perceber que os israelitas possuíam capital e talento para a indústria. Em 1939, num jantar no Conselho de Relações Exteriores em Nova York, teria sido gestado um plano, pelo diretor da corretora Bendix, Luit Weiller e Co., de redução da dívida brasileira em troca de vistos de entrada. Ainda que a proposta não tenha sido posta em prática.

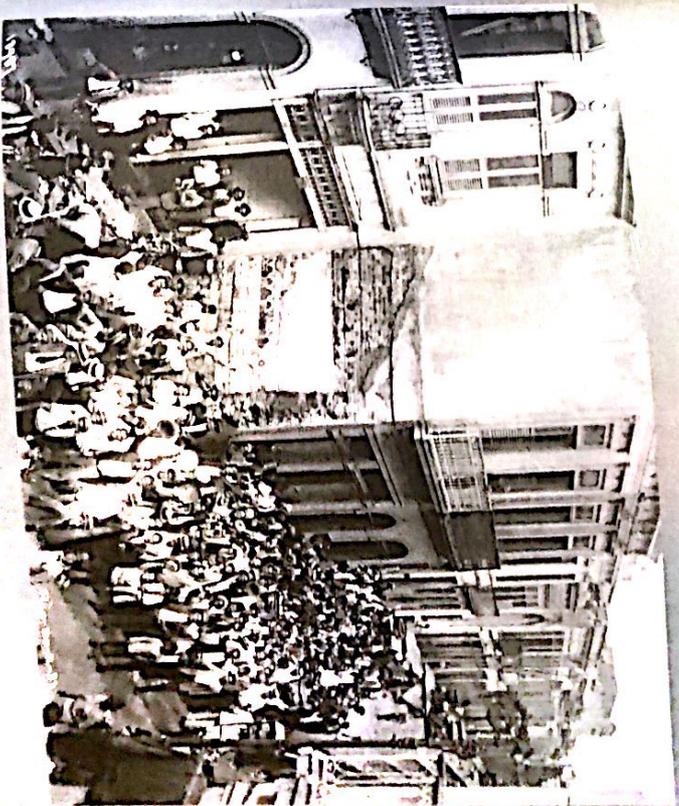
(...) ressaltou, para as autoridades brasileiras, um estereótipo que já tinham: que o poder e a riqueza internacionais dos judeus existiam e estavam comprometidos com a ajuda aos refugiados. Os estereótipos anti-semitas foram virados de cabeça para baixo (p. 325).

Mesmo mantendo-se imagens anti-semitas nos círculos governamentais, especialmente no Itamaraty,⁷⁸ a Circular Secreta foi revogada pela Circular Reservada 1.249, permitindo-se a concessão de vistos de turistas para os israelitas (Golgher, 1989). Naquele ano, entraram no país em torno de 4,4 mil refugiados e, em 1940, foram concedidos 2,5 mil vistos.⁷⁹

Isso fez da questão dos refugiados judeus um elemento importante da política externa do Brasil, quando as autoridades do Itamaraty perceberam que as concessões nesse terreno melhorariam as relações com os Estados Unidos e o status interna-

cional do país e trariam recém-chegados economicamente desejáveis. Neste sentido, os judeus foram ferramentas das elites, peças dos regimes estadual e federal que viam todos os imigrantes como componentes da construção de um Brasil branco, dominado pela elite e econômica e militarmente seguro (Lesser, op. cit., p. 332).

O que foi descrito neste capítulo ilustra como, ao ganhar contornos econômicos, políticos e culturais definidos, o território da Praça Onze também poderia, naquele momento, servir de foco físico utilizado pelas forças policiais para seu controle. O Anexo 2 detalha as investigações e os relatórios dos órgãos de repressão, que dedicaram particular atenção aos acontecimentos da coletividade e da vida cotidiana do bairro.



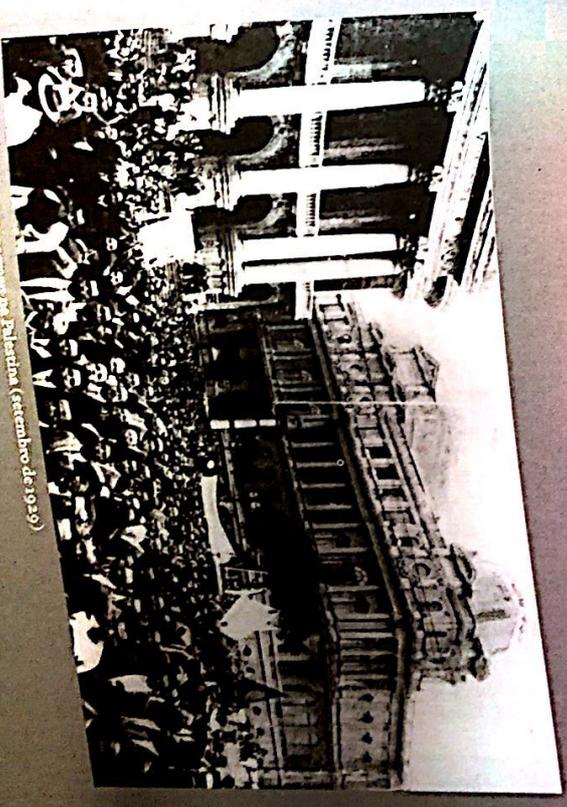
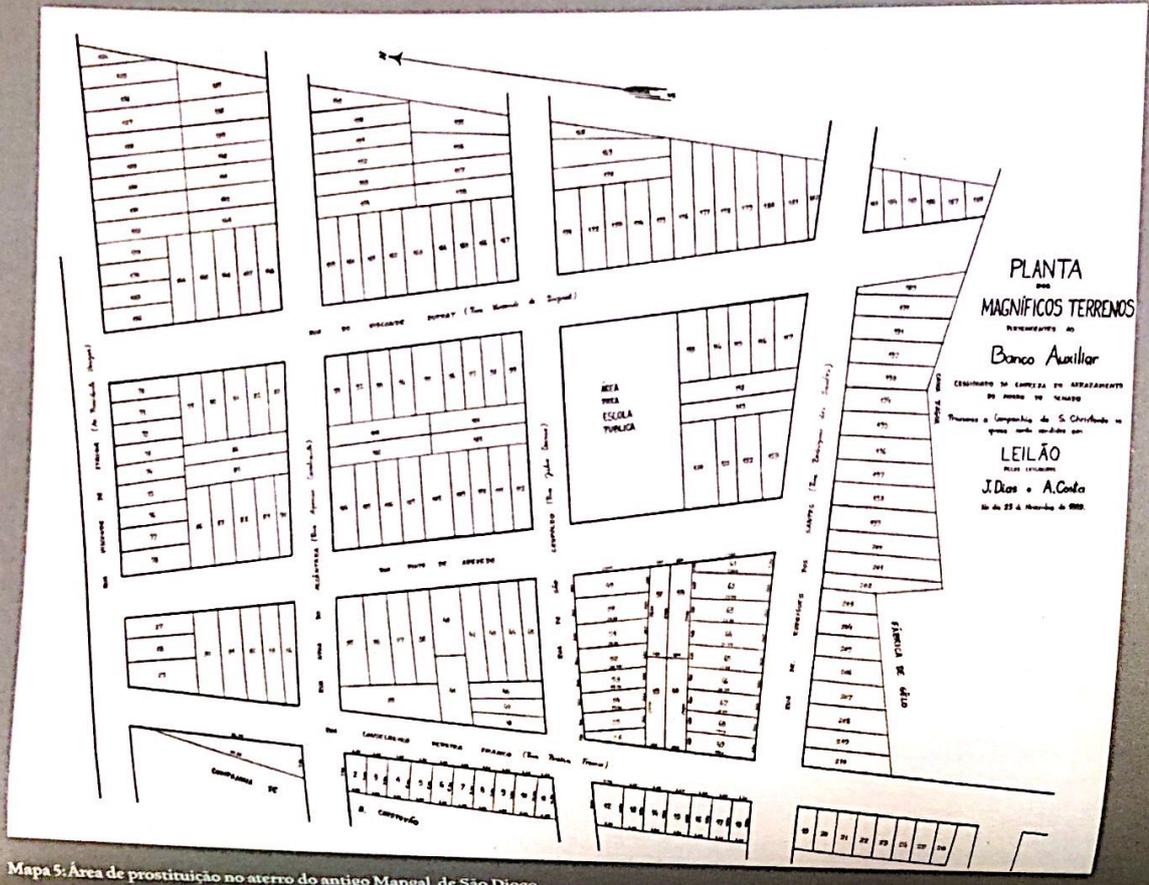


Foto: J. B. de Azevedo, Governador do Estado de São Paulo, (setembro de 1939)

Foto de aglomeração masculina na rua Benedito Hipólito



*Enviado ao Largo de São Francisco
d. Francisco - 22 p 1934*

Manifesto enviado à Embaixada Alemaã contra o terror nazista

O Comitê Estudantil de Luta Contra a Guerra, a Reação e o Facismo, com o apoio de escolas, sindicatos, organizações revolucionárias e da massa em geral, protesta contra a situação atual da Alemanha e para uma nova conflagração mundial, onde será atirado o povo trabalhador e estudantil pobre do mundo decapitando e fuzilando em massa todos os que se declaram hostis ao regime sanguinario implantado por Hitler e seus capangas, lacaios da burguezia; protesta contra a prisão de Thaelman e Toegler, os bravos revolucionarios alemães, por lutarem ao lado dos trabalhadores pelos seus direitos, contra a guerra, a reação e o facismo, pela liberdade de todos os presos politicos proletarios, victimas do nazismo.

Estudantes, Intelectuaes, Trabalhadores, Soldados e Marinheiros! Todos unidos numa forte e ampla Frente Unica, contra a Guerra, a Reação e o Facismo, protestemos contra a preparação guerreira, ideologica e material das massas para carne de canhão, protestemos contra o assassinio dos trabalhadores na Alemanha, Austria, no Chaco e no Extremo Oriente, etc., para o lucro dos cofres do capitalismo; protestemos contra as hostes integralistas, evolucionistas, etc., que arrastam operarios com suas demagogias tapadoras. Pela liberdade do ex-estudante Schochter e de todos os presos politicos trabalhadores, deportados para as ilhas e o extranfeitos. Viva a intromissão da policia nas nossas manifestações. Viva a luta independente das massas exploradas!

O C. E. L. C. G. R. F.

Ilustração 3: Panfleto distribuido no comicio realizado no largo de São Francisco

BOLCHEVISTAS...
FÉRAS INCONSULETES
ATILHADAS POR JUDEUS
A SERVIÇO DE ISRAEL!

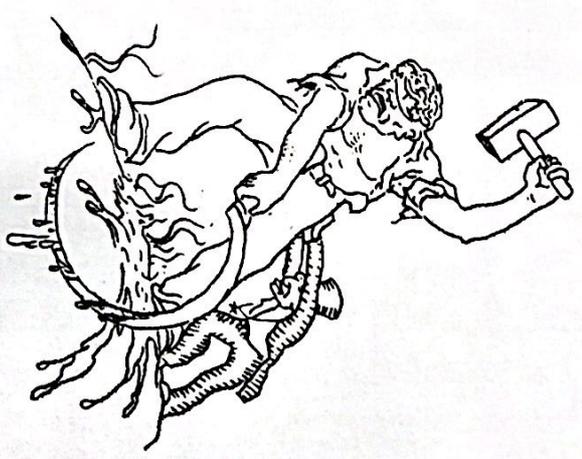


Ilustração 4: Panfleto de extrema direita, origem desconhecida



Os vinte e seis comunistas, atrás, e os sete que estão em frente, e atrás, bandeira do partido em Moscou.



Reunião do Partido Comunista Alemão em 1952. O presidente do partido, Walter Ulbricht, está no centro.



Os membros do partido em 1952. Ozeze são comunistas, jornalistas e estrangeiros.



Os membros do partido em 1952. Ozeze são comunistas, jornalistas e estrangeiros.

CAPÍTULO 4
AS PROPOSTAS URBANAS ENTRE A REPÚBLICA VELHA
E A ERA VARGAS
OU
COMO O BAIRRO JUDEU TERMINOU

Com Paulo de Frontin (1919) e seu sucessor Carlos Sampaio (1920/1922) à frente da prefeitura do Distrito Federal, houve a retomada das demolições e das grandes obras públicas, com conseqüências para a ocupação de alguns distritos em processo de valorização. Tais obras pareciam apontar para a expansão da área central, que recebeu à época posturas de uso especializado dentro de princípios que se estendiam para outras partes da malha urbana. Esses princípios haviam sido definidos pelo decreto 1185, promulgado em janeiro de 1918 (prefeito Amaro Cavalcanti), que estabeleceu a divisão do município nas zonas urbana, suburbana e rural.

Em São Cristóvão e nos subúrbios, instalaram-se as primeiras plantas industriais de grande porte, enquanto as de pequeno porte (e o comércio varejista) permaneceram no Centro, que se expandia em direção à Praça Onze. Essas iniciativas foram estimuladas pelas transformações decorrentes da Primeira Guerra, época de restrições à importação de artigos, e marcada pelo crescimento industrial, pela expansão do fornecimento de energia elétrica e pelo novo porto da cidade.

A expansão da área central foi a razão pela qual, durante o governo de Carlos Sampaio, o decreto 1457 de 26 de agosto de 1920 previa a abertura da avenida da Independência. Com 33 metros de largura e ligando a avenida Rio Branco à praça da República, entre as ruas Buenos Aires e da Alfândega, ela significaria o arrastamento da Senhor dos Passos.⁸⁰ O Projeto de Alinhamento 1.403 aprovou a construção dessa avenida, cujo percurso seria estendido até o Rio Comprido, passando pelas ruas Azevedo Coutinho e Santana e seguindo pelo eixo (alargado para 21,5 metros) da rua Benedito Hipólito e depois pela Afonso Cavalcanti em direção à avenida Paulo de Frontin (Reis, 1977).⁸¹ Apesar daquele empreendimento viário – e do cortejo, o que pode ter sido o início das obras para torná-la um eixo de ligação com a avenida. Acrescente-se ainda o alargamento da praça, na segunda metade da década de 1930, com a demolição da Escola Benjamin Constant (foto 19).

O prefeito Antônio Prado Júnior encomendou a Alfred Agache aquele que é considerado o primeiro Plano Diretor da cidade (1926/30), custando aos cofres públicos

a quantia de 1,300 contos de réis. É interessante rever uma das passagens do projeto que demonstra haver outras intenções além da intervenção física. Ao revelar estatísticas demográficas (retiradas dos Censos de 1906 e de 1920), o documento aponta que em determinados distritos da cidade – Santo Antônio, Santana, Espírito Santo e Candelária – os estrangeiros constituíam mais da metade da população, e assim se coloca: “O contínuo aumento da colônia israelita e o desenvolvimento comercial dos distritos centrais, Sacramento e São José, explicam o aumento dos estrangeiros” (Agache, s.d., p. 105), dando a entender que essa presença seria objeto de atenção, pois a maioria deles era composta de proletários, e a intenção era deslocá-los para os subúrbios e para a Baixada Fluminense.

O Plano Agache, que adotou idéias lançadas anteriormente por outros engenheiros e arquitetos (Szillard e Reis, 1950), destacava como um de seus pontos principais a melhoria do sistema viário para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Com esse intuito, propunha o prolongamento da avenida do Mangue até o mar, prenunciando o eixo da futura avenida Presidente Vargas, e sugeria a transferência da estação terminal da estrada de Ferro Central do Brasil junto à estrada de Ferro Leopoldina na avenida Francisco Bicalho.

Próximo ao canal do Mangue, o leito da EFEB seria aproveitado para a criação de quadras e ruas. Para a Cidade Nova, que receberia novas funções (comércio secundário), o plano indicava a implantação de um eixo rodoviário de ligação norte-centro com a demolição de todo o casarão existente entre as ruas Salvador de Sá e Visconde de Itaboraí. Sugeria o prolongamento do largo do Rosário até a rua Tomé de Sousa e ainda o alargamento e retificação das avenidas Marechal Floriano e Passos e da rua Senhor dos Passos, onde se formaria uma praça-estacionamento para os novos edifícios dos serviços municipais.

Aventava também a implantação da avenida da Independência que, apesar da mesma denominação, teria um traçado totalmente distinto do que fora recomendado no governo Carlos Sampaio, pois cortaria a Cidade Nova no sentido norte-sul e criaria com sua abertura um sistema de esgotamento, suprimindo o canal do Mangue no trecho entre a ponte dos Marinheiros e a Praça Onze. O leito do canal seria utilizado por uma linha de metrô e no espaço ganho seriam edificados o mercado principal da cidade e um conjunto de estacionamentos. Recuparemos suas palavras:

Quem percorrer as ruas atuais desses bairros verifica facilmente como toda esta zona está condenada à demolição e reconstruída dentro de muito pouco tempo. Nada há aí que se possa preservar, nada que tenha um valor verdadeiro e necessite ex-

propriações onerosas que impedem a passagem dos novos logradouros. Antes pelo contrário, o bairro dito do Mangue, entre as ruas Salvador de Sá e Visconde de Itáuna, é um dos que deixam mais a desejar sob o ponto de vista sanitário. Cenas ruins, traçadas sobre antigos charcos, estão até abaixo do nível da avenida do Mangue o que suscita grandes dificuldades para o escoamento das águas residuais e provoca sempre graves inundações durante o período chuvoso. O traçado adotado para a avenida Independência, que vem atravessar este bairro mais ou menos local das atuais ruas de Santa Maria e Rodrigues dos Santos, foi em parte inspirado por condições sanitárias. Ele permitirá, assim, o estabelecimento de um egoletor principal (...) e facilitará a supressão do canal do Mangue entre a Ponte dos Marinheiros e a praça 11 de Junho, isto é, na parte donde as águas escoam-se difilmente, provocando depósitos nauseabundos, muito prejudiciais tanto à higiene como às finanças da cidade (Agache, s.d., pp. 179-180).⁸²

A tabela 6 demonstra como os distritos que compunham o bairro judeu tinham sua paisagem caracterizada por prédios predominantemente baixos, o que talvez ajude a explicar a sugestão de Agache, segundo a qual as desapropriações seriam menos custosas.

Tabela 6 Prédios sujeitos à cobrança de imposto predial em 1927

Distritos	Terras	Diversos	Sobrados	2 pav.	3 pav.	Mais de 4 pav.*	Total de prédios
Santana	2.516	284	1.021	1.088	14	-	4.944
Sacramento	48	32	8	524	477	-	1.133
Santo Antônio	1.750	179	3	774	174	6	2.886
Espírito Santo	2.244	293	11	774	73	2	3.197
Distrito Federal	94.775	10.466	11.111	16.067	2.618	359	135.422

*De quatro a dez pavimentos, incluindo teatros.

Fonte: Boletim do Distrito Federal, 1929.

De acordo com o Boletim do Distrito Federal de 1929, esses distritos arrecadavam em imposto predial 11,4% do total. A modesta porcentagem também pode justificar por que o poder público direcionava seus projetos para lá, uma vez que ela era tanto área de classes populares quanto reserva para expansão do Centro.

No período do Estado Novo, com a nomeação do interventor Henrique Dodsworth (1937/1945) para administração do Distrito Federal, retomou-se o Plano Agache, rejeitado após a Revolução de 1930. Recuperou-se a proposição de uma extensa artéria, à época chamada nos gabinetes de avenida 10 de Novembro (em homenagem ao golpe

do Estado Novo), que exigiria para sua abertura, a demolição de todo o casário das ruas São Pedro, General Câmara, Visconde de Itáuna e Senador Eusébio, no trecho entre as praças Onze e da Bandeira. Ampliava-se, assim, a faixa de desapropriações proposta por Agache – entre as ruas Salvador de Sá e Visconde de Itáuna (fotos 20 e 21).

A prefeitura parecia encontrar no pouco dinamismo daquela região um dos motivos para levar adiante uma “cirurgia urbana” tão drástica, quadro que pode ser visualizado nas tabelas 7 e 8. A tabela 7 revela que a atividade imobiliária em Santana em São Domingos (distrito criado em 1932 pelo desmembramento de Sacramento) era reduzida se comparada à cidade como um todo, e mostra que os prédios existentes seriam principalmente aqueles herdados do passado, o que deve ter facilitado a justificação “técnico-financeira” para o empreendimento.⁸³ A tabela 9 comprova que os alugueis residenciais em Santana, onde as obras seriam iniciadas, estavam significativamente abaixo da média da cidade.

Tabela 7 Prédios construídos no período 1933-1937

Distritos	1933*	1934	1935	1936	1937	Total prédios 1937
Santana	-	8	3	28	10	2.505
Sacramento	3	4	1	6	3	1.311
Santo Antônio	5	13	10	7	13	2.547
Espírito Santo	3	11	19	9	30	6.423
São Domingos	4	2	5	4	5	1.120
Distrito Federal	1.076	2.402	3.216	4.408	4.318	239.806

*Dados relativos ao segundo semestre.

Fonte: Prefeitura do Distrito Federal (1939).

Tabela 8 Total de domicílios com declaração e valor locativo em 1939

Distritos	Domicílios	Média aluguel**
Santana	1.845	352,3
Sacramento	775	372,0
Santo Antônio	3.079	412,6
Espírito Santo	4.111	266,3
São Domingos	801	396,2
Distrito Federal*	86.112	354,5

*Aqui considerado apenas o quadro urbano.

**Valor transformado em cruzeiros.

Fonte: Censo Demográfico e Censos Econômicos do Distrito Federal (IBGE), 1940.

A sanha reformista do interventor escolheu como alvo justamente o espaço ocupado por aquelas “classes perigosas”, onde avultava a presença de imigrantes, situação para a qual as autoridades estavam atentas. Torne-se como exemplo a precupação expli-

citada por Oswaldo Aranha em uma carta confidencial, enviada em 20 de outubro de 1938 ao interventor de São Paulo, Adhemar de Barros, suspeitando da existência de um gueto em formação naquela cidade e solicitando a tomada de medidas urgentes entre as quais a investigação junto às autoridades portuárias da entrada de famílias judias. Na missiva, ele chama os israelitas e os japoneses de elementos subversivos e dissolventes, "com tendências a gerar quistos raciais, verdadeiros corpos estranhos e organismo nacional" (apud Carneiro, 2001, pp. 204-205).

A tabela 9 apresenta para as cinco circunscrições a participação de estrangeiros bem superior à média da cidade e sua concentração exatamente onde passaria a via planejada para enaltecê-lo Estado Novo: Santana e Sacramento, no coração do bairro judeu.

Tabela 9 Número de estrangeiros em 1939

Distritos	População	Estrangeiros	%
Santana	20.290	7.256	36
Sacramento	7.858	2.506	32
Santo Antônio	32.093	9.698	30
Epitáfio Santo	42.440	9.490	22
São Domingos	7.498	2.167	29
Distrito Federal	176.411	215.670	12

Fonte: Censo Demográfico e Censos Econômicos do Distrito Federal (IBGE), 1940.

A abertura de uma grande avenida deveu-se à Comissão do Plano da Cidade da Prefeitura do Distrito Federal, que se baseou no Plano de Extensão e Transformação da Cidade (1937) ao contemplar projetos de melhoramentos e de abertura de vias.⁸⁴ A Comissão era integrada por José de Oliveira Reis, Nelson Muniz Neves, Hermínio de Andrade e Silva, Armando Stamile, Edwaldo Vasconcelos, Aldo Borelho, Hélio Mamede, Domingos de Paula Aguiar, João Moyses, Hélio Alves de Brito e Afonso Eduardo Reidy.⁸⁵

A proposta da avenida 10 de Novembro apareceu pela primeira vez em um estande da Secretaria de Viação, na Feira de Amostras realizada em 1938. A maquete revelava a perspectiva de um urbanismo monumental, bastante em voga à época nos regimes totalitários de vários países. A justificativa técnica para o empreendimento estava na melhoria da circulação em direção ao núcleo de negócios e da ventilação do distrito de Sacramento. As desapropriações, que se deram inicialmente por meio da emissão de Obrigações Urbanísticas, seriam pagas após a venda dos lotes vagos. Metade do valor arrecadado seria do antigo proprietário, enquanto a outra metade ficaria para a prefeitura, que, dessa forma, obteria os recursos necessários para o custeio das obras.

Como a demanda pelos terrenos foi pequena, entretanto, o Banco do Brasil recorreu a municipalidade emprestando o dinheiro para a continuação do empreendimento e recebendo como garantia os títulos caucionados no valor nominal dos lotes e de outros situados na Esplanada do Castelo e vendidos em leilão.⁸⁶ Tal acordo foi regulamentado pelo decreto 3.365, de 21 de junho de 1941.

As obras começaram em abril de 1941 e o primeiro prédio demolido foi o da única Visconde de Itaipua, 52. O prefeito optou por proceder às intervenções em uma única frente, partindo da Praça Onze em direção à Candelária, por acreditar que removeria, primeiramente "as casas das gentes de menor influência, mais fácil já lhe seria enfrentar depois os poderosos do trecho entre a rua Uruguaiana e a Candelária, comerciantes, industriais e banqueiros instalados em dois e três andares" (Gerson, 2000, p. 188). Para que todo o eixo viário fosse criado, derrubaram-se as igrejas de São Pedro dos Clérigos,⁸⁷ São Domingos, Bom Jesus do Calvário e de Nossa Senhora da Conceição, o paço da Prefeitura, um asilo de idosos, o hospital da Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus do Calvário da Via Sacra e 958 prédios residenciais e comerciais (Lima, 1990) (foto 22).⁸⁸ Além dos proprietários atingidos em seus interesses, houve também um foco significativo de resistência popular em virtude da demolição de igrejas de grande apreço, o que "estava impressionando por demais o povo" (Gerson, op.cit., p. 187).

Dodsworth vislumbrava a nova avenida com prédios residenciais e Pensões: República e da Bandeira, financiados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões entre a praça da República e a rua Visconde de Itaboraí, haveria edifícios de escritórios de 15 andares, mais tarde elevados para 22 pavimentos por pressão dos empreendedores imobiliários. A ideia de edificar blocos residenciais ao longo da avenida do canal do Mangue, entre a Praça Onze e a Praça da Bandeira, teria sido sugerida por Le Corbusier, quando o arquiteto suíço esteve no Rio de Janeiro, em 1929 (*Revista Municipal de Engenharia*, 1947). O prefeito interventor pretendia, ainda, colocar na altura da Praça Onze um obelisco fascista de pelo menos cem metros de altura, projeto assinado pelos arquitetos Júlio Senna e Roberto Lacombe. O lugar escolhido para esse marco simbólico revela um dos intentos daquela obra viária (foto 23 e mapa 6).⁸⁹

O primeiro trecho foi inaugurado em 10 de novembro de 1941 e a conclusão das obras se deu em 7 de setembro de 1944, quando foi organizado um grande desfile militar. A cerimônia contou com a presença de Getúlio Vargas e demais autoridades acomodados em um palanque montado diante do mausoléu de Caxias e de sua estátua equiebre, trazida do largo do Machado. Essa avenida, agora denominada Presidente Vargas, marcou a atuação do Estado na cidade como um equivalente ao que a Populista Velha fez com a avenida Central e, como aquela, promotora da retirada da popu-

lação pobre. Assim, os planos urbanísticos, que se faziam acompanhar de posturas municipais e de medidas higienistas, eram não apenas formas materiais de transformar a cidade, mas também meios de controlar suas dimensões imateriais de trans- imaginário (Fernandes, 2001).

Nesse sentido, é categorico o comentário da revista *Observador Econômico Financeiro* (novembro de 1944, p. 162):

A transformação por que vem passando o Rio de Janeiro tem encontrado na Prefeitura do Distrito Federal a sua mola propulsora. A disposição para ser levado a bom termo um plano de urbanização, cuja finalidade é descongestionar grandes zonas urbanas, veio ao encontro do surto de construção que ora domina a cidade. O rápido desenvolvimento da metrópole fez com que se tornasse imperiosa a execução de obras de grande porte, tais como a abertura de novas avenidas, implicando em desapropriações em massa e demolições.

Aquela remoção já estava embutida no Código de Obras (decreto 6.000 de 1937) que, ao estabelecer um zoneamento mais detalhado que o do decreto 5.595 de 1935, induzia a revisão do mapa demográfico e funcional da cidade por meio de sua divisão em faixas com funções específicas. A motria proletária ficaria restrita aos subúrbios e à periferia, única do transporte ferroviário e pelo baixo preço dos terrenos, uma vez que aqueles foram anos de perda relativa do valor real dos salários. Muitos trabalhadores acabaram por optar pelas favelas (próximas aos locais de emprego) ou pela periferia,⁹⁰ pois, com a atividade imobiliária formal em expansão, o preço dos terrenos nas áreas nobres, assim como o custo das obras urbanas, elevou-se de maneira especulativa, bem acima do custo de vida. Tal situação ocasionou a multiplicação dos barracos. A tabela 10 revela tais índices.

Tabela 10 Índices do custo da construção e do custo de vida (1932-1948)

Ano	Índice do custo de construção	Índice do custo de vida
1932	100	100
1936	157	100
1942	343	130
1948	586	195

Fonte: Desenvolvimento e Conjuntura 5(7), janeiro 1961 (apud Lobo, 1978, vol. 2).

A legislação e as obras municipais somadas geraram uma arrancada do setor imobiliário, que verticalizou a área central e a Zona Sul e foi sentida em outras

partes da cidade. A tabela 11 fornece um retrato do ritmo dessa atividade, mas é importante notar que novas tipologias edilícias – prédios de apartamentos de oito a 12 andares – estavam alterando os gostos e as expectativas dos cariocas. Certamente isso teve efeito no arrasamento ou no abandono dos bairros mais antigos.

Esteve o Distrito Federal atacado pela febre de construções, até bem poucos dias e ainda hoje milhares de armações de aço levantam-se para os céus clamando pelo crédito que tarda. Foi sem dúvida o dinheiro fácil a causa dessa febre que alterou profundamente a fisionomia da cidade e se traduziu na derubada de dezenas de quarteirões e prédios coloniais no centro urbano, onde agora se estende a avenida presidente Vargas (*Homens e casas*, 1947, apud Melo, 1990, p. 40).

Tabela 11 Construções e demolições de prédios na cidade entre 1944 e 1947

Anos	Construções	Demolições
1943	4146	225
1944	3438	616
1945	4353	515
1946	5330	164
1947	4301	127

Fonte: Prefeitura do Distrito Federal (1956).

Esse impeto predial teve como uma de suas principais bases o deslocamento dos capitais excedentes para o setor da construção civil, que produziu um grande número de novas moradias voltadas para o mercado das classes média e alta. Tem-se aqui um aparente paradoxo: por que desapropriar uma área limitrofe ao Centro, ocupada por habitações populares, comércio e manufaturas? Uma primeira consideração relaciona-se ao fato de uma expansão ordenada da cidade ocasionar o aumento do valor dos terrenos incorporados. No entanto, a abertura da avenida Presidente Vargas não foi uma unanimidade entre os técnicos da prefeitura. Vale a pena observar o ponto de vista de um deles, cujas colocações revelam conflitos na administração pública sobre o projeto:

Não me levem a mal o ter de citar outra vez o exemplo da grandiosa avenida Presidente Vargas. Obra importante e útil porém não pode ser classificada de democrática sob nenhum ponto de vista. Depois da queda do governo do D. Getúlio Vargas, houve uma proposta de chamá-la de avenida Castro Alves. Nada poderia ser mais

errado. (...) O seu governo será diagnosticado como "ditadura benigna", mas nunca será esquecido. A avenida portadora de seu nome caracteriza bem o seu governo. (...) Na abertura da avenida, não foi democrático o processo de desapropriação, com jardins grandes, piscinas e lagos num local cuja população podia ser acomodada provisoriamente e cujo saneamento seria premente – como, por exemplo, nas imediações das ruas Júlio do Carmo e Benedito Hipólito –, pôs todos os moradores das casas entre as ruas General Câmara e São Pedro simplesmente na rua, indenizando somente os proprietários. Não foi ato muito democrático. Pelo menos não foram tratados democraticamente os inquilinos das casas demolidas. (...) É verdade que a avenida trouxe benefícios. Desafogou o tráfego entre a praça Onze e a avenida Branco. Mas permitam-me a opinião que para isso não teria sido necessário gastar tanto dinheiro. Com a criação de novos cruzamentos em dois ou três níveis na Visconde da Gávea, avenida Passos, Uruguaiana e avenida Rio Branco com a rua Vido melhor o problema do tráfego (Szilard e Reis, 1950, p. 66).

Os autores⁹¹ referem-se ainda à grande quantidade de atropelamentos, à falta de árvores e ao problema, caso se concretizasse o projeto de edificação de blocos de 22 metades da população do Rio de Janeiro à época.

E qual seria o significado do novo plano urbano? Viu-se que a inquietude do Estado brasileiro em relação aos judeus foi de fato política, com redobradas interpelações públicas. Assim, o planejamento urbano – documento ideológico e expressão do poder – tornava necessária a eliminação espacial no sentido de apagar os traços de um bairro fiel à esquerda e resistente a um nacionalismo que, como mencionado anteriormente, não era isento de anti-semitismo. O lugar congregava pessoas com necessidade, vontade de união, aglutinadas em suas instituições culturais, políticas, religiosas e sociais próprias. Provavelmente era imperativo para o Estado evitar o agrupamento territorial contínuo daquelas e apagar toda a materialidade simbólica que autorizasse ou favorecesse a transmissão de uma identidade específica, diferente (Benain, 2005). A partir do início das obras daquela grande via, que ocasionaram desapropriações e demolições em grande escala, uma transferência involuntária se estabeleceu, motivo, entre outros, do esvaziamento do lugar e da mudança de endereço de suas instituições

(foto 24). Tabela 12 mostra o decréscimo demográfico daquela população, sobretudo na freguesia de Santana.

Localidades	1940		1950	
	População	Judeus	População	Judeus
Sacramento	7.858	388	5.865	277
Santana (a)	27.788	2.697	18.432	1.006
Santo Antônio	32.903	974	26.951	760
Engino/Sano	42.440	1.443	37.227	973
Glória (b)	61.728	1.381	82.563	2.615
Copacabana	74.333	2.418	129.249	4.481
Lagoa/Gávea	110.584	955	147.869	1.577
Tijuca	64.499	982	80.011	1.637
Meier	68.685	616	84.601	743
Madureira	111.333	385	157.796	722
Distrito Federal	176.441	19.743	2.377.451	24.222

Obs.: (a) Incluímos em Santana a circunscrição de São Domingos; (b) Glória englobava nos anos 1940 e 1950 os bairros da Glória, Flamengo, Carate, Laranjeiras e Cosme Velho.

Fonte: Censos Demográficos (IBGE) de 1940 e de 1950.

Al longo da década de 1940, deu-se também uma transferência voluntária daquela população em várias direções, entre as quais algumas predominaram. A circunscrição da Glória desempenhou papel de vulto nesse processo: os mais abastados foram morar no bairro do Flamengo,⁹² motivo pelo qual eram chamados de forma irônica pelos demais membros da colônia de "flamenguinhos". Outros buscariam as cercanias do Carate, onde também reinstalariam muitas das lojas de móveis da Praça Onze. Lagoa e Copacabana, na Zona Sul, e Tijuca, Meier, Ramos, Cascadura e Andaraí, na Zona Norte, foram igualmente escolhidos para residência e/ou comércio. Madureira foi outro importante destino, como local de moradia e de trabalho. O mapa 7 apresenta as propostas e as realizações urbanísticas para a área em estudo entre 1920 e 1945. A explicação usualmente apresentada pela Ecologia Humana para a transferência de locais em que ocorrem conflitos entre grupos diferentes pela sua ocupação, levando ao abandono da área por um deles, precisa ser relativizada. Sem dúvida, por um lado, aconteceram de fato algumas manifestações de italianos e brasileiros pró-fascistas, por outro, ali conviveram diferentes segmentos étnicos igualados pela mesma condição econômica.

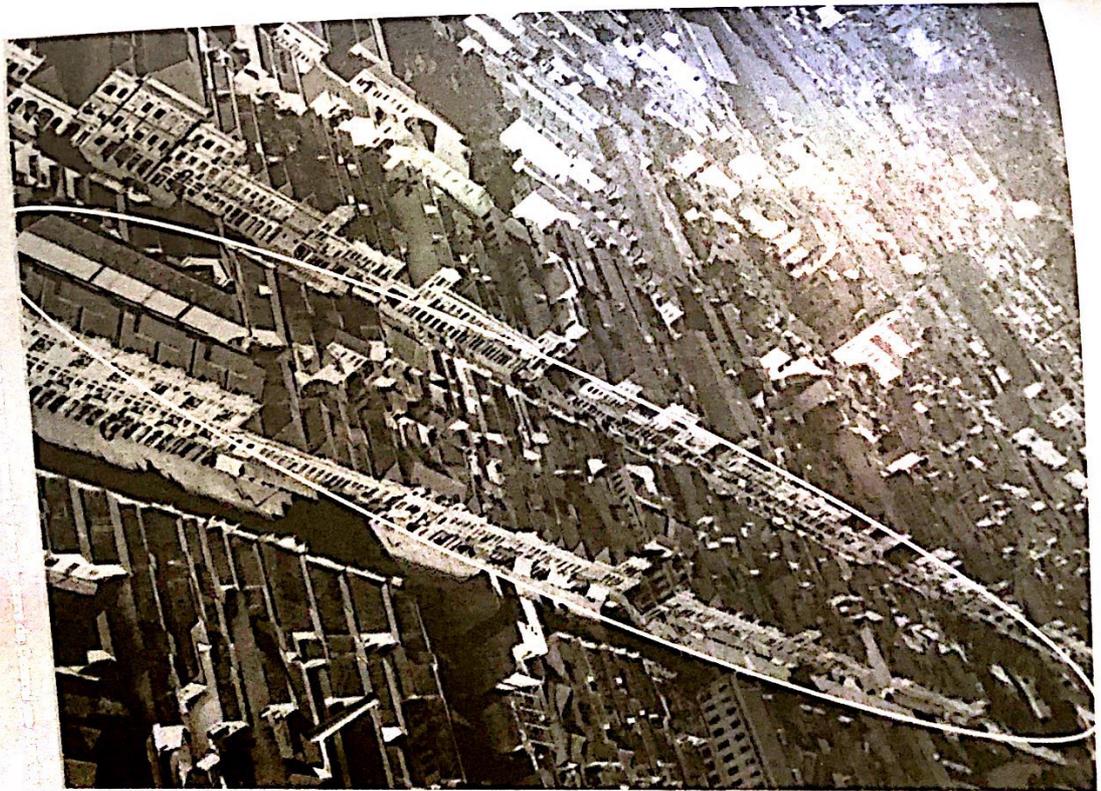
Apesar de se supor que a vizinhança com a faixa do baixo meretrício pudesse ter servido como fator de repulsão para que se decidisse deixar a área (estigmatizada), inferi, com base em entrevistas, que essa coexistência entre as partes admitia a aceitação tácita de uma fronteira. Embora o anti-semitismo tenha provocado na colônia (a maior do Brasil em 1940) um sentimento de tensão que poderia servir como justificativa para que seus integrantes evitassem concentrações muito visíveis que se constituiriam em alvo fácil para perseguições e controle, e buscassem refúgio em outros bairros misturando-se à população carioca, penso que em momentos de ameaça os membros de uma comunidade procuram proteção entre seus iguais e defendem seu território. Além disso, a capacidade demonstrada pela polícia política de acompanhar os passos dos estrangeiros e judeus por toda a cidade (e pelo país) deixava claro que seria inútil a mudança.

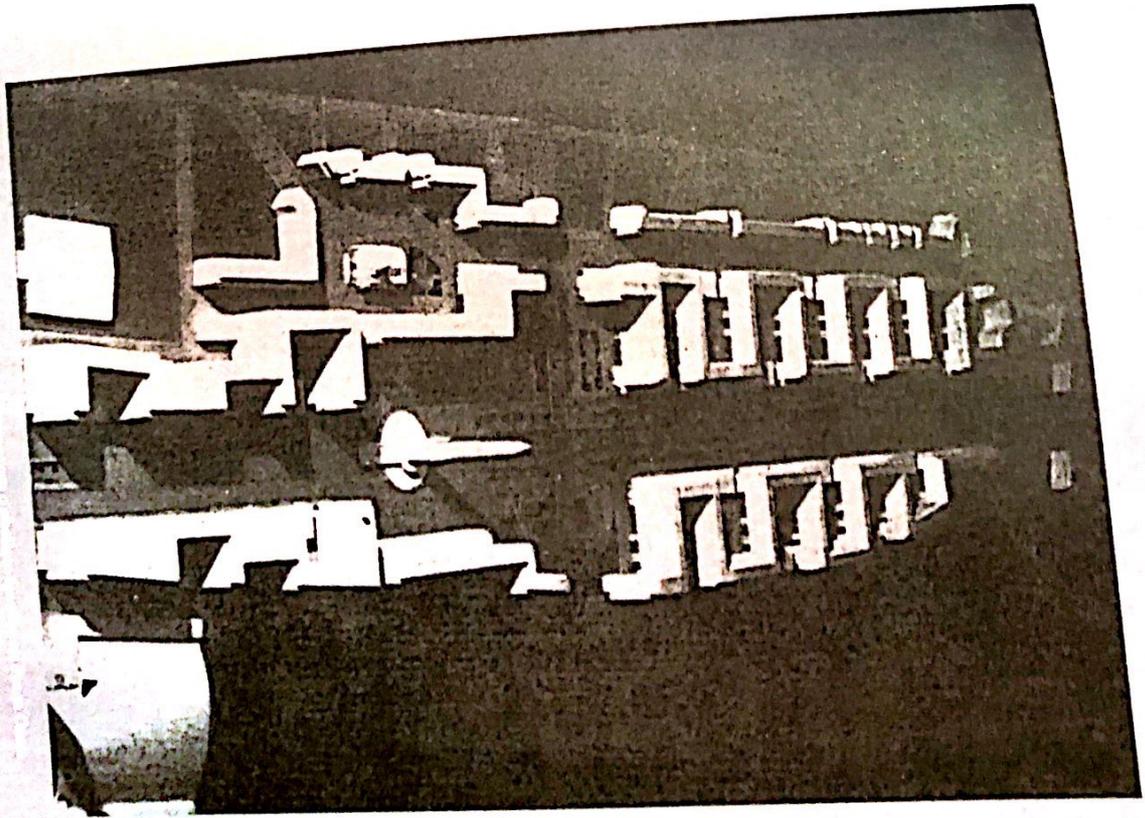
Bernardo Sorji (1997) é de opinião que na sociedade brasileira o preconceito racial voltado àquele grupo seria quase inexistente face à ideologia do branqueamento – sendo brancos, são aceitos, situação só questionada por alguns intelectuais associados à ideologia fascista nas décadas de 1920 e 1930 – e à identificação dos estrangeiros com o progresso. Também o sincretismo religioso teria diluído a atitude hostil contra os judeus a quem se atribua a culpa pela morte de Cristo, propagada pela Igreja Católica. Entretanto, não se pode ignorar a existência de um anti-semitismo de Estado, com importantes consequências durante a era Vargas.

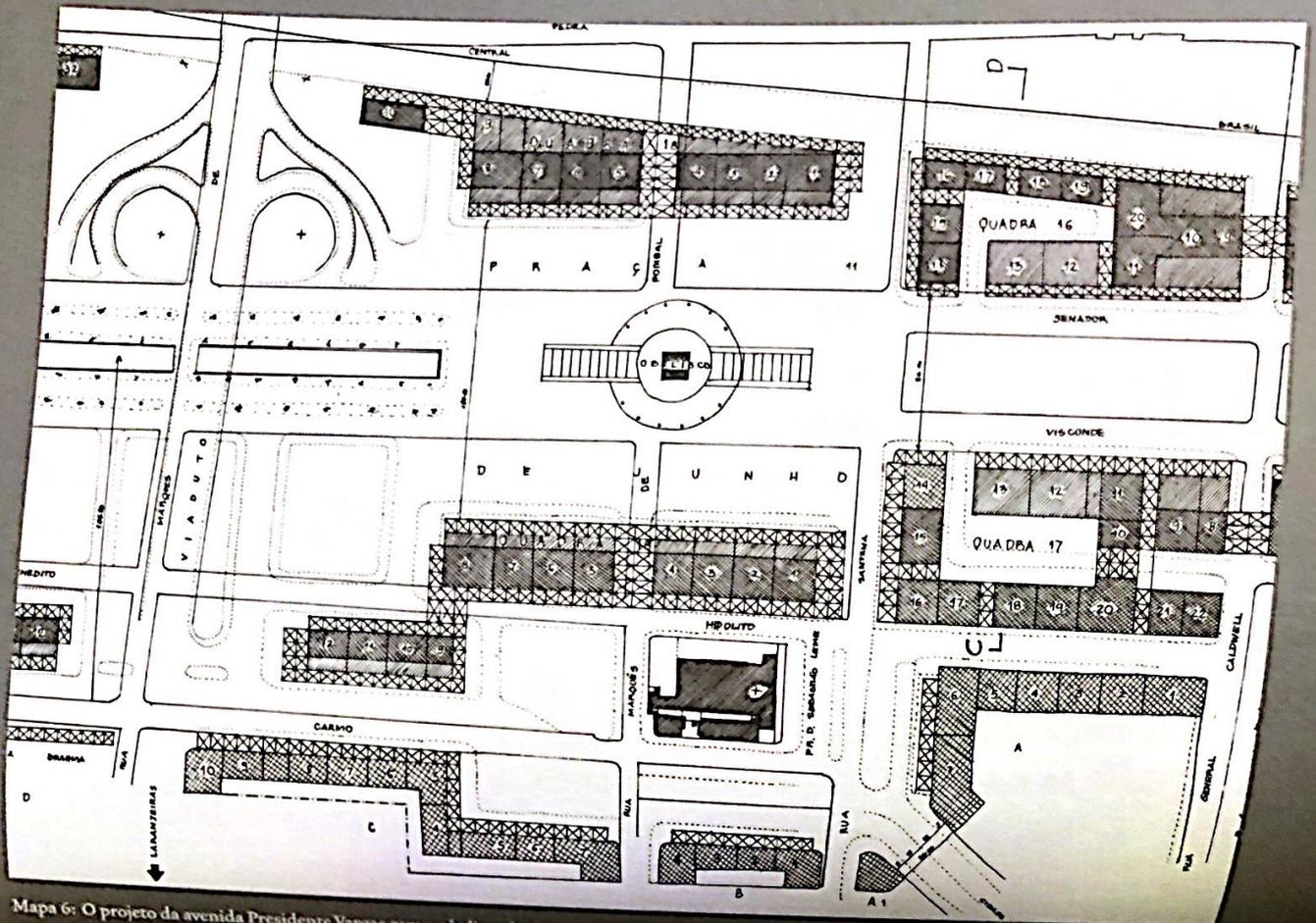
Esse foi um fenômeno, segundo Ortona (2004), de caráter étnico e científico, presente sobretudo na pequena burguesia, que, não tendo condições de organizar ações por si mesma, busca o concurso de outras forças sociais – os dirigentes políticos e industriais. Estes entendem que o racismo poderia desviar o foco das tensões tanto da pequena burguesia quanto, potencialmente, do proletariado, e por isso o apóiam e o divulgam, contando para isso com alguns intelectuais que davam cobertura pretensamente cultural e racionalista.

Há, entre alguns autores, explicações intrínsecas à comunidade. Para Bila Sorji (1997b) e Grun (1997), a educação universitária dos filhos dos imigrantes, impulsionada também pela quebra da barreira linguística, tornou-se um elemento desagrégador, pois propiciou a aquisição de conhecimentos e o estabelecimento de uma rede de relações que ampliava suas possibilidades de integração econômica e social sem depender da colônia. A análise dessa assimilação pode tangenciar o que Wirth (1927) interpretou com o ocorrido no gueto norte-americano. Encarado como uma área natural e uma “instituição judaica”, o enfraquecimento de seus elos deveu-se à

perda da reposição demográfica pela segunda ou terceira gerações, já que “são os filhos dos imigrantes que descobrem o gueto e então... voam” (p. 69).⁹³ Existe, no entanto, um fator que pode relativizar aquela diluição. Depois de ser revelada para toda a humanidade a barbárie do Holocausto, a luta para que se fundasse um Estado dos judeus de todas as nacionalidades⁹⁴ ocasionou uma verdadeira união das diversas tendências – debates acalorados entre as várias facções políticas, coleta de recursos e inúmeras falas em “banho de judaísmo”, mesmo que se tenham forte elo (nas entrevistas falou-se em “banho de judaísmo”, mesmo que se tenham acentuado as divergências entre progressistas e sionistas depois de 1945). Ele sim pode ter atenuado a necessidade de se permanecer próximo em termos territoriais nas várias cidades brasileiras, incluindo-se aí o Rio de Janeiro. Outro elemento a ser considerado refere-se à melhora das condições de vida e dos meios de transporte e de comunicação, que ajudam na dispersão física de uma comunidade.







Mapa 6: O projeto da avenida Presidente Vargas com o obelisco fascista

Foto 24: As obras de abertura da avenida com o antigo paço Municipal ao fundo

